

Biopolítica, Resistência e Mídia Livre na Comunicação em Rede¹

Henrique Antoun² (coordenador)

Fabio Malini³

Ivana Bentes⁴

Renato Rovai⁵

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Universidade Federal do Espírito Santo

Resumo

A proposta da mesa tem por objetivo debater as transformações nas formas de governo da internet, num período de disputa entre estratégias de controle de um biopoder contra vidas que fazem do êxodo, da deserção e da mobilidade alternativas para construir novas formas de governo em que todos governam todos, sem passar fundamentalmente por qualquer tipo de mediação, quando não reinventá-las. Como campo de observação dessa tensão entre biopoder e o vivo, elegemos o debate sobre as novas formas de participação política na internet em contextos eleitorais, o novo campo de publicação aberta pela blogosfera e suas relações com o campo da política, as utilizações políticas de resistência dos dispositivos de vigilância e a redefinição do campo da comunicação alternativa num momento de radicalização do princípio colaborativas desencadas pela cultura peer-to-peer.

¹ Proposta de mesa temática apresentada ao eixo temático “Vigilância, ciberativismo e poder”, do III Simpósio Nacional da ABCiber.

² Henrique Antoun é Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 2 e possui graduação em Desenho Industrial pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1977), mestrado em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1989), doutorado em Comunicação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1993), doutorado Sanduíche em Sociologia da Comunicação pela Université de Paris V (Renée Descartes) (1992) e pós-doutorado no McLuhan Program in Culture and Technology da Universidade de Toronto (2006). Atualmente é professor associado 1, diretor do departamento de Fundamentos da Comunicação da Escola de Comunicação, vice-coordenador do Programa de Pós-Graduação de Comunicação da UFRJ e coordenador do grupo de pesquisa CIBERCULT - Laboratório de comunicação distribuída e transformação política - da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Secretário Executivo da ABCIBER - Associação Brasileira de Pesquisadores em Ciberultura - desde 2007, foi coordenador do grupo de trabalho "Comunicação e Ciberultura" da COMPÓS - Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Comunicação - de 2007 a 2009.

³ Fabio Luiz Malini de Lima é graduado em Comunicação Social pela Universidade Federal do Espírito Santo (2000), mestre em Ciência da Informação pelo IBICT/CNPQ - ECO-UFRJ (2002), doutor em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2007). Atualmente é professor adjunto do Departamento de Comunicação, da Universidade Federal do Espírito Santo, Pesquisador-Associado do Laboratório de Estudos sobre Território e Comunicação, e do Laboratório CiberIdea, ambos da UFRJ. É membro da equipe editorial do periódico acadêmico Revista Lugar Comum e do comitê editorial da Revista Global.

⁴ Ivana Bentes é Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 2 e possui graduação no Curso de Comunicação Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1986), mestrado em Comunicação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1991) e doutorado em Comunicação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1997). Atualmente é Professora Associada do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFRJ e Diretora da Escola de Comunicação da UFRJ. É coordenadora do Pontão de Cultura Digital da ECO/UFRJ e curadora na área de arte e mídia, cinema, audiovisual.

⁵ Renato Rovai é mestre pela Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (2003) e editor da Revista Fórum que circula em bancas e tem versão digital. Escreve ainda o Blog do Rovai.

Palavras-chave

Biopolítica; Ciberativismo; Mídia Livre; Parceria; Resistência.

Proposta da mesa

Está na ordem do dia a discussão sobre o embate do poder da TV com o poder do *You Tube*. Ou então o debate sobre o poder dos jornais e o poder dos *blogs*. Ou, ainda, o poder das rádios e TVs e o poder do *Twitter*. A lista poderia se alongar inutilmente, pois o que está se discutindo é o poder das mídias irradiadas de massa em relação às mídias distribuídas de grupo. Hoje cada vez mais se explora e se esgarça o confronto entre os veículos da informação massiva e as interfaces da comunicação coletiva.

Até bem pouco tempo atrás se podia ouvir os formadores de opinião falar com desdém nas entrevistas que nos *blogs* só se escrevia para si mesmo. Hoje, depois do estremecimento provocado na mídia corporativa pelo surgimento do blog da Petrobras, o pouco caso de tal comentário só poderia despertar gargalhadas por sua infelicidade e cegueira. O fato é que a mídia irradiada vem sofrendo sucessivos e inesperados revezes em áreas onde, antes, o seu domínio tinha por limite o orçamento monetário de quem a contratava. Cada vez mais ela vê seu lugar de mediadora social da opinião pública ser denunciado e rejeitado por partes significativas das grandes massas, que antes se deixavam de bom grado representar (Rushkoff, 1999).

Por outro lado, embora haja verdade na conversa em torno da Web 2.0 com seus *blogs*, *wikis*, *folksonomics*, *You Tubes* e redes sociais; ela dificilmente coincidiria com a opinião veiculada pelos apólogos da internet sobre o significado da mudança na comunicação e nos negócios. Na nova web, eles anunciam, a publicidade encontraria a nova voz dos grupos da cultura da mídia, um público auto organizado e participativo que a transformariam em uma honesta recomendação crítica dos usuários. Os usuários se transformariam em sócios das empresas através de sua cooperação interessada e a colaboração e a livre expressão uniria empresários e usuários nesse poderoso ambiente de negócios integrados (Levine, Locke, Searls & Weinberger, 2000; Anderson, 2006). Embora o quadro de idílio pareça atraente, basta que os interesses das empresas se vejam ameaçados por iniciativas dos usuários para o conflito explodir e o confronto aparecer em toda sua violência (Antoun, Lemos & Pecini, 2007).

Fica difícil, também, escutar o cântico da blogosfera libertadora, entoado por

entusiasmados ciberativistas e coletivos de criação e partilha, sem algumas incontidas ânsias de riso. É inegável as transformações políticas propiciadas pela comunicação distribuída das redes interativas. A manifestação global de 50 milhões em 2003 contra a guerra do Iraque, a cobertura autônoma da guerra do Iraque por um jornalista financiado por seus leitores e a campanha pela indicação de um desconhecido governador capaz de arrecadar 40 milhões pela internet são alguns exemplos deste potencial (Antoun, 2008). Porém, a profusão dos sites de fans de ídolos e programas da cultura de massa, as conversas recorrentes sobre os temas das TVs e grandes jornais, e as repetições em cascata de bordões e ritornelos propagandísticos erguem um gigantesco tsunami onde se guarda a maior parte do que existe na internet (Jenkins, 2006), em tudo distante da recombinação criadora e da atitude libertária preconizada em vários mantras (Terranova, 2004).

Monitoramento e disputa pela primazia das narrativas sociais

O choque de poderes entre as mídias de massa e as interfaces de usuários é um fato inegável. A mídia irradiada cada vez mais ressalta seu poder de atingir uma quantidade imensa de público em uma só tacada. Do ponto de vista da formação cultural, porém, a produção de subjetividade da mídia massiva esbarra em seu produto mais notório: os fans - esses pequenos fanáticos com momentâneas opiniões compactas disseminados em profusão pelo poder da irradiação (Jenkins, 2006). Ela produz seus efeitos em prazo curto, gerando estes pequenos fanatismos em torno de suas causas. Desde o seu surgimento, a mídia distribuída tem se contraposto através de seus usuários a estes efeitos acachapantes de achatamento da diversidade cultural promovida pelos processos de indução e falseamento de opinião típicos desta comunicação unilateral onde poucos falam para muitíssimos. Embora a mídia irradiada de massa seja uma valiosa máquina de construção e destruição instantânea de reputação social; as mídias distribuídas de grupo tem se revelado uma poderosa máquina de criação e sustentação de reputação duradoura, funcionando em longo prazo. Enquanto a mídia massiva extrai seu poder da sensação de “todo mundo esta falando isso” subentendido em seu unísono; as interfaces de usuários encontram o seu poder na sensação de “minha turma aprova isso” ancorando a suposta confiabilidade da fonte da informação aos coletivos de que fazemos parte.

Os dois processos ganharam nomes dados pelos analistas de segurança do

Departamento de Defesa dos EUA. O uso intensivo dos grandes meios massivos, pertencentes às corporações, para gerar a impressão de realidade sobre algum tipo de acontecimento foi chamado de guerra da informação (*infowar*). Através desta guerra a informação é usada para produzir efeitos de percepção ou efeitos afetivos sobre alguma população ou grupo social, visando tanto promover ou inibir sua própria ação enquanto grupo; quanto inibir ou promover algum tipo de ação social sobre esta população. Através destes efeitos um certo tipo de narrativa ganha foros de verdade no seio da opinião pública e passa a dominar a discussão sobre o tema (Kopp, 2000; Schwartau, 1995).

O uso intensivo das interfaces de comunicação da internet para estabelecer uma verdade narrativa sobre algum acontecimento e disseminar narrativas sem lugar na mídia corporativa foi chamado de guerra em rede (*netwar*). Através desta guerra movimentos sociais ou pequenos grupos podem disputar a primazia da narrativa verdadeira com Estados, instituições e corporações conversando e argumentando com os mais variados membros que freqüentam sua teia de páginas *web*, grupos de discussão, redes sociais, *blogs*, e outras interfaces de comunicação distribuída (Cleaver, 1999; Arquilla & Ronfeldt, 1996).

Embora esses dois processos sejam muito diferenciados eles pressupõem a primazia do valor afetivo da comunicação e o mútuo monitoramento dos dois tipos de mídia por seu público em uma disputa ativa pela primazia em algum tipo de narratividade social e ação coletiva. A narrativa vitoriosa será aquela que obtiver a confiança da opinião pública (Arquilla & Ronfeldt, 2001, Antoun, 2004b).

Um exemplo deste choque de poderes é o episódio contado por Joe Trippi (2004) sobre a participação do candidato à indicação do Partido Democrata em 2003, Howard Dean, no programa de entrevistas de Tim Russert *Meet the Press (Encontro com a Imprensa)*. Este programa era considerado um dos mais reputados para os candidatos à indicação pelos Partidos, pois Russert é um dos entrevistadores de maior poder de fogo da TV americana. Sair-se bem nas entrevistas dele equivalia a vencer uma primária, para muitos analistas e políticos. Em sua entrevista, Dean tomou posições radicais contra a guerra do Iraque sendo atacado sem cessar por Russert. O Washington Post chamou de “embaraçoso” um comentário dele sobre as tropas no Iraque e o New York Times considerou sua performance “uma desgraça”. No seu comitê de campanha a entrevista era considerada o fim do sonho, pois todos os comentaristas políticos dos canais a cabo traçavam o obituário do candidato (Trippi, 2004, p. 127-128).

Quando ia desligar um dos computadores no comitê da campanha, Trippi percebeu que o ponteiro da arrecadação do blog tinha enlouquecido. Através da internet estavam chegando milhares de contribuições para o blog de Dean vindas de todo o país. O apoio dos eleitores através da internet mudou o quadro do julgamento da participação de Dean no programa feito pela TV. A atuação da mídia de massa foi considerada pelos eleitores engajados na campanha de Dean uma provocação, e a resposta foi uma imensa afluência de dinheiro através da internet para mostrar sua aprovação à campanha dele. Agora, no momento em que a grande mídia divulgasse suas estimativas gerais sobre as possibilidades de Dean, os assessores de campanha teriam o total das contribuições daquele dia para expor. Deste modo, ao grau de aprovação geral da política de guerra do governo seria contraposto o grau de engajamento do eleitorado do candidato (Trippi, 2004, 127-128).

A reputação das mídias e a verdade do sujeito

Podemos pensar que o poder da mídia de massa deixou de ser um poder moderno, sob a forma de uma ação sobre a ação presente, para se tornar um poder de controle, investindo a ação sobre a ação futura (Deleuze, 1992; Foucault, 2008). Mais do que um lugar disciplinar de irradiação e circulação de palavras de ordem (Deleuze & Guattari, 1980; Foucault, 1977a), ele se revela como um poder de atualização da memória nas comunicações. No caso da mídia massiva trata-se de um monopólio sobre a atualização das informações; um poder de mobilizar, processar e narrar o passado, tornando-o atual. A massa só pode acessar o passado comum através das atualizações feitas pela grande mídia corporativa. Isto configura um imenso poder sobre os mecanismos de lembrança e esquecimento social das populações. Através dele eu relaciono um passado qualquer com um acontecimento da atualidade para balizar a decisão de agir do sujeito social. Este passado vai ser apresentado sob a forma de grafos e diagramas, dando foros de previsibilidade às imagens estratigráficas do que *já foi* tornado desta maneira um *será*. Este passado é atualizado para mobilizar as esferas de decisão e ação social sendo preferencialmente investido para endossar ou inibir os programas eleitorais de candidatos a cargos executivos, as imagens públicas de candidatos majoritários em épocas de eleição e às discussões legais acopladas a decisões parlamentares para criação ou transformação de leis existentes.

A entrada em cena da internet veio quebrar esse monopólio da narração. Através de

suas interfaces qualquer usuário podia tornar atualizável qualquer informação, liberando sua comunicação. O investimento comunicacional dos movimentos sociais e coletivos passava a responder pelo alcance ou frequência de uma informação qualquer, conectando entre si diferentes interfaces e promovendo sua disseminação (Antoun, 2004a). Não só os usuários podem conectar qualquer informação antiga que esteja na rede com uma atual; como eles podem determinar o alcance de uma informação atual, replicando-a por diferentes interfaces. A comunicação partilhada nas interfaces coletivas de parceria (*peer-to-peer*) reposicionam o tipo de passado que importa na decisão de ação. A estatística preditiva das imagens estratigráficas cede lugar aos projetos comuns dos coletivos comunicacionais. A questão deixa de ser a eliminação do que nos ameaça para se tornar a construção ou invenção do que nos interessa (Antoun, Lemos & Pecini, 2007).

Temos neste debate dois pólos importantes. De um lado está em jogo a relação dos meios com as populações enquanto constituem um público; onde vai sobressair a questão do lugar que este público ocupa nesta relação. Trata-se de saber se ele é um consumidor relativamente passivo formado pelos produtos oferecidos pelo meio – produtos estes que participam ativamente de sua formação cultural conformando sua subjetividade -; ou se o público participa como um usuário, determinando ativamente os produtos de sua própria formação. Nasce daí a noção de que um amplo monitoramento e uma incessante vigilância devem fazer parte desta relação, pois aí estaria em jogo a formação dos sujeitos sociais e o comando da ação coletiva. Caberia às mídias cuidarem para os sujeitos fazerem parte da renovação da demanda social; seja preenchendo os papéis necessários à continuação da sociedade, seja querendo os produtos e serviços oferecidos pelas empresas. Caberia ao público não abdicar de seu lugar ativo em sua própria formação, rejeitando tudo o que pudesse subjugar-lo ou submetê-lo aos ditames da soberania social em detrimento da formação de sua subjetividade. São questões do saber cultural e do poder governamental envoltas na comunicação social (Antoun, 2009b).

Mas no outro pólo está a relação do sujeito com a verdade contida ou ausente no meio aonde ele vai se formar. Trata-se de pensar quais chances ele tem de desenvolver uma subjetividade própria, de pôr em questão as escolhas que o meio lhe oferece ou interdita em função de tornar-se este ou aquele sujeito (Foucault, 2004, p. 253-280). Um meio perverso recusaria ao sujeito qualquer chance de se furtar a um destino social tornado provável que o aguardasse e lhe acenasse antes mesmo de seu nascimento. A questão reconsiderada nesta

perspectiva nos faz perceber o envolvimento da questão da justiça neste jogo do sujeito com a verdade de sua própria formação. Um meio de formação que predeterminasse completamente o sujeito seria totalmente injusto; o destino do sujeito teria sido escrito muito antes dele vir a existir e as narrativas de sua história sempre desembocariam em um certo grupo de resultados pré existentes ao seu surgimento (Deleuze, 1991, p. 93-116).

Nesse sentido, a proposta da mesa tem por objetivo de debater as transformações nas formas de governo da internet, sobretudo caracterizando os processos de mutação no campo da produção de comunicação social em rede, num período de disputa entre estratégias de controle e vigilantismos entre sujeitos sociais de um biopoder contra vidas que fazem do êxodo, da deserção e da mobilidade alternativas para construir novas formas de governo em que todos governam todos, sem passar fundamentalmente por qualquer tipo de mediação, quando não reinventá-las.

Títulos e resumos dos trabalhos de todos os participantes da mesa

Blogs e Política no Brasil: sobre as noções de acontecimento, governo e sujeito público nas redes p2p de publicação

Fabio Malini

As arquiteturas de troca *peer-to-peer* (p2p), surgidas em sistemas de intercâmbio de arquivos, recuperaram a concepção radical da internet: a cooperação social na produção e consumo de bens comuns no lugar do modelo computacional *cliente-servidor* disseminada pela web comercial. Hoje a lógica p2p já não se restringe somente aos sistemas de trocas de arquivo online (*file sharing*), ela é fundadora de um novo modo de governo da internet (o que alguns denominam de web 2.0, sem a matriz política p2p). No campo do mercado de publicação de informação (*publisher*), a lógica p2p fez emergir os blogs (e todas as suas derivações, como aquelas mais recentes, os microblogs) como o primeiro gênero de publicação online, para além da estrutura dos sites noticiosos (ainda presos a padrões dos jornais impressos). A peculiaridade dos blogs é de constituir uma esfera comum de publicação baseada: na hipertextualidade e troca de argumentos entre blogueiros, na atualização contínua e multimídia de informação, na valorização da visão pessoal conectada às interpretações sociais de pequenos mundos online e a produção incessante de diálogos multi-situados através de diferentes formas de comentários. Isso acaba por construir novos modos de acontecimento, governo e sujeito público na rede, profundamente caracterizado pelas dimensões múltiplas da própria rede. Contudo, esse campo de publicação em que todos acessam e publicam a todos trazem consigo novos conflitos sociais, sobretudo, aqueles diretamente relacionados com o biopoder midiático, à medida que este requer o domínio dos fluxos de acontecimentos políticos para o seu comando. Essa operação de reconquista do monopólio da opinião pública do biopoder midiático faz travar um campo intenso de disputa pelas narrativas sociais na internet.

Internet e Eleições: as novas formas de participação política
Henrique Antoun

Grandes fluxos de dados são produzidos diariamente na internet, gerando a matéria prima para a criação das imensas minas de dados exploradas por agentes de rede. Os dados deste fluxo de informações móveis constituem uma mina porque deles podem ser gerados bancos de dados dinâmicos e auto-reguláveis. A mina de dados embutida nas interfaces comunicacional é invisível para o sujeito, e seus efeitos lhe são opacos. Mas quando os agentes de rede operam esse fluxo de dados conectando as diferentes séries de características pessoais em padrões de perfis eles produzem instantaneamente grupos em uma multidão qualquer, tornando essa multidão interativa. Esses grupos interativos estão na base dos novos processos de campanha eleitoral.

Big Brother Favela, Biopolíticas e Midialivrisimo
Ivana Bentes

As estratégias do biopoder de controle nos territórios reais/virtuais combinam os dispositivos de vigilância e a produção de consenso para a criação e disseminação de discursos e ações "pacificadoras" nas favelas, em cidades como o Rio de Janeiro. A idéia dos "zoológicos humanos", laboratórios do biopoder, se atualizam hoje nas "favelas big-brothers", vigiadas 24hs por câmeras de seguranças e "ocupadas" territorialmente pela polícia, ação sustentada ainda na produção de discursos midiáticos que neutralizam o dissenso. Por outro lado, as favelas cariocas vem se articulando pelas redes e pontos de mídia livres em ações de resistência, descentralizadas e horizontais que buscam produzir contra-informação de dentro das comunidades (através do uso de celulares, lan houses e redes sociais) re-pautando a mídia e complexificando os discursos. Se na Zona Sul carioca as câmeras de vigilância "protegem" o morador, nas favelas servem para tratar a todos como "suspeitos". Entre as formas de resistência analisamos a produção midialivrista dos repórteres comunitários, atuando não junto a polícia, como os jornalistas corporativos, mas formando novas redes de informação (que "comunicam" as favelas em novas bases) e o movimento global "cop wacht", uma modalidade de ativismo que faz da observação vigilante da policia em redes globais on-line uma forma de confrontar o biopoder.

O que é o alternativo e o independente na sociedade em rede?
Renato Rovai

O campo da comunicação alternativa tem, em sua genealogia, um forte componente de recusa e negatividade. Contudo, com a socialização dos dispositivos de comunicação em rede, há transformações no estatuto do que seja o alternativo e o independente, à medida que se multiplicam na rede blogs, sites independentes, redes sociais online, comunidades de notícias, publicações impressas alternativas, veículos comunitários ligados às organizações culturais das periferias da cidade enfim, que tem como traço peculiar o fato de utilizar os recursos da internet como maneira radical de sua produção e consumo, quase sempre criando inovações sem apoio efetivo do Estado e do Mercado, gerando um processo de singularização de práticas midiáticas que as tornam quase impossível de ser replicadas para outros contextos e

atores. Essas novas práticas de comunicação se definem como formas autônomas de produção de mídia, em que os conteúdos tornam-se propriedade comum (através de mecanismos de licenciamentos públicos, como o Creative Commons), construídos a partir da participação (gerando novas de governo da informação, em que todos governam todos, através de mecanismos como karmas, moderação e metamoderação colaborativa) e novos conflitos sociais, sobretudo a disputa pela produção da opinião pública, ativo fundamental para construir um campo de resistência ao controle e ao vigilantismo.

Referências bibliográficas

ADAMIC, Lada; BUYOKKOKTEN, Orkut; ADAR, Eytan. A social network caught in the web. *First Monday*, v. 8, n. 6. jun. 2003.

ANDERSON, Chris. *A cauda longa: do mercado de massa para o mercado de nicho*. Rio de Janeiro: Campus, 2006.

ANTOUN, Henrique. Web 2.0 e o Futuro da Sociedade Cibercultural. *Lugar Comum – Estudos de Mídia, Cultura e Democracia*, v. 14, n. 27, 2009a, p. 235-245.

_____. De Uma Teia à Outra: A explosão do comum e o surgimento da vigilância participativa. In: ANTOUN, Henrique (org.) *Web 2.0: Participação e vigilância na era da comunicação distribuída*. Rio de Janeiro: Mauad, 2008, p. 11-28.

_____. O Poder da Comunicação e o Jogo das Parcerias na Cibercultura. *Revista Fronteira*, São Leopoldo/RS, vol. VI, n. 2, 2004a, p. 67-86.

ANTOUN, Henrique; LEMOS, Ana Carla e PECINI, André Custódio. Código e luta por autonomia na comunicação em rede. In: FREIRE FILHO, João e HERSCHMANN, Micael (orgs.), *Novos rumos da cultura da mídia: indústrias, produtos, audiências*. Rio de Janeiro: Mauad, 2007, p. 263-290.

BIMBER, Bruce e DAVIS, Richard. *Campaigning Online: the Internet in U.S. elections*. Nova Iorque: Oxford University Press, 2003.

BRUNO, Fernanda. Monitoramento, classificação e controle nos dispositivos de vigilância digital. *Revista Famecos: mídia, cultura e tecnologia*, Porto Alegre/RS, v. 36, n. 2, 2008, p. 10-16.

DELEUZE, Gilles. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Felix. *Mille Plateaux*. Paris: Minuit, 1980.

FOUCAULT, Michel. *A Hermenêutica do Sujeito*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____. *O Nascimento da Biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GOLDSMITH, Jack e WU, Tim. *Who Controls The Internet?: Illusions of a borderless world*. Nova Iorque: Oxford University Press, 2006.

KAMARCK, Elaine Ciulla e NYE JR., Joseph S. (eds.) *Governance.com: democracy in the information age*. Washington, DC: Brookings Institution Press, 2002.

MUELLER, Milton L. *Ruling the root: Internet governance and the taming of cyberspace*. Cambridge, MA: MIT Press, 2004.

NEGRI, Antonio e HARDT, Michael. *Multidão: Guerra e democracia na era do Império*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

RUSHKOFF, Douglas. *Coercion: why we listen to what “they” say*. Nova Iorque: Riverhead Books, 1999.

TERRANOVA, Tiziana. *Network Culture: Politics for the Information Age*. Londres: Pluto Press, 2004.

TRIPPI, Joe. *The Revolution Will Not Be Televised: democracy, the internet, and the overthrow of everything*. Nova Iorque: Harper Collins, 2004.